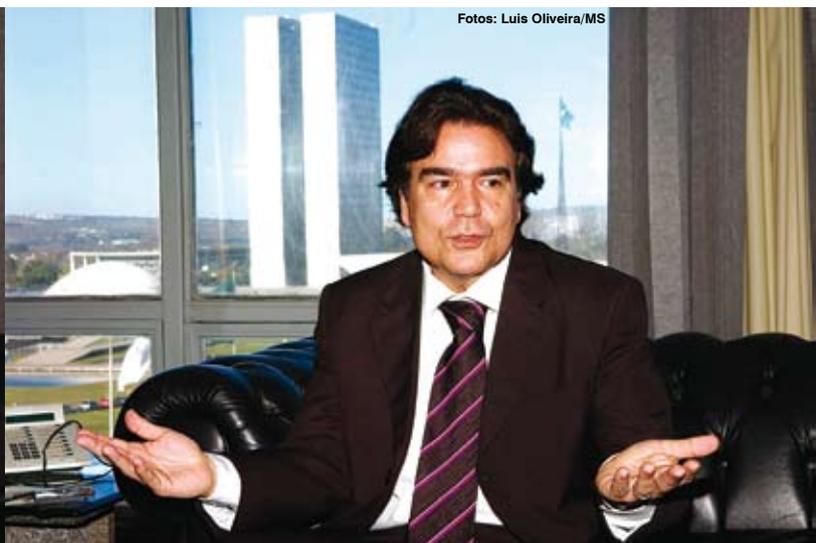


entrevista

JOSÉ GOMES TEMPORÃO

Ministro da Saúde



Mobilização para a saúde pública

Há apenas seis meses à frente do Ministério da Saúde, o médico sanitário José Gomes Temporão tenta impor um choque de gestão para tornar o Sistema Único de Saúde sustentável e mais eficiente. Aos 55 anos, casado e pai de quatro filhos, esse descendente de imigrantes portugueses tem dedicado a vida à saúde brasileira. Doutor em Medicina Social pela UERJ, ocupou cargos públicos, como os de secretário nacional de Atenção à Saúde e diretor-geral do INCA, entre outros.

Participou do movimento da Reforma Sanitária Brasileira, uma mobilização social que, segundo ele, deverá ser retomada para conquistar avanços na área da saúde pública. Nossa equipe conversou com Temporão sobre essa e outras questões consideradas por ele essenciais para a evolução do SUS.

REDE CÂNCER – Como tornar o SUS sustentável?

TEMPORÃO – Esse é um grande desafio. E isso a gente só vai conseguir com a regulamentação da Emenda 29 (que fixa os percentuais mínimos a serem investidos anualmente em saúde pela União, por estados e municípios), entre outras medidas. Ela estabelecerá claramente o que são ações e serviços de saúde e garantirá uma base de financiamento estável, regular e consistente. A longo prazo, viabilizará melhorias na capacidade e na qualidade do atendimento. Essa sustentabilidade deve também ser política. E para isso é fundamental que a política ultrapasse a esfera assistencial e se aproxime do movimento social que deu origem ao SUS, a Reforma Sanitária Brasileira.

RC – O Brasil ainda gasta pouco com a saúde?

TEMPORÃO – Muito pouco. Basta pegarmos qualquer indicador de gastos públicos ou comparativos com dados de outros países. Temos um orçamento de

“O avanço na gestão e no controle social é fundamental para garantir que os recursos sejam bem aplicados.”



R\$ 80 bilhões para cobrir 190 milhões de brasileiros. O fato é que, por mais racionalidade e competência que se introduzam no sistema, sem dinheiro, não se faz saúde. Especialmente agora, quando o País passa por uma transição demográfica brutal! Hoje, temos mais de 20 milhões de brasileiros acima de 60 anos.

RC – *E o que fazer para garantir a aplicação correta dos recursos e combater a corrupção?*

TEMPORÃO – Além da Emenda 29, há inovações e instrumentos interessantes, como a Lei dos Consórcios, que possibilita que pequenos municípios, por exemplo, de regiões metropolitanas, possam se consorciar para gerir de modo mais eficiente os serviços. Por outro lado, buscamos avançar no controle social. Nesse sentido, o governo promove a inclusão digital dos conselhos municipais de saúde, propiciando sua integração via internet e o uso de plataformas de educação continuada. Um conselheiro bem informado tem uma visão mais bem qualificada para cumprir seu papel social de fiscalizar, avaliar e sugerir ações para a saúde, dando voz a sua comunidade.

RC – *Como melhorar a atenção às demandas e às necessidades do brasileiro?*

TEMPORÃO – Aprimorando a gestão. A saúde é

um direito do cidadão e um dever do Estado. Mas há uma contradição entre o que é norma legal e aquilo que o brasileiro vivencia. Os hospitais continuam regulados por um conjunto de regras de 50 anos atrás, que inviabilizam seu bom funcionamento. É inviável manter um serviço de qualidade com um subfinanciamento e um modelo de gestão ultrapassado.

RC – *Como se libertar dos modelos ultrapassados de gestão pública?*

TEMPORÃO – Já foi encaminhado ao Congresso Nacional um Projeto de Lei Complementar que criará as fundações estatais, fundamentais no âmbito da saúde. A proposta trará uma série de inovações, como a profissionalização da gestão, o estabelecimento de metas de desempenho e o uso de indicadores para prestar contas à sociedade, além do grande impacto funcional com a mudança do regime de contratação dos profissionais, que serão regidos pela CLT. Hoje, os serviços apresentam precariedade e precisam ser atualizados. O INCA é um bom exemplo disso, e só mantém seu alto padrão de qualidade porque, até então, a Fundação Ary Frauzino (FAF) lhe garante as condições e a infra-estrutura para isso. Caso contrário, o Instituto estaria na mesma situação de penúria que a de outros hospitais públicos.

RC – *Como acabar com o corporativismo e a burocratização da saúde?*

TEMPORÃO – Justamente com esse novo perfil jurídico-institucional, que tornará a gestão mais ágil e eficiente. É evidente que a proposta não será a solução para todos os problemas do SUS, mas com certeza resultará em melhorias significativas no padrão de qualidade dos serviços hospitalares. Para você ter uma idéia, o INCA leva até um ano para contratar um especialista a baixos salários. Pelo novo modelo, o mesmo profissional seria contratado em até uma semana e com salário compatível com o mercado. É o mesmo que a FAF faz hoje, e que viabiliza o INCA. Mas esse modelo de financiamento está com os dias contados, é ilegal. A FAF continuará atuando, mas somente para bolsas de pesquisa, financiamento de estudos e projetos de apoio institucional.

RC – *Ao defender esse choque de gestão, o senhor teme perder o apoio da classe médica?*

TEMPORÃO – Não. Eu acredito no amplo apoio da classe ao constatar que a proposta visa combater a ineficiência e o desperdício de recursos, garantindo ainda melhores condições de trabalho e remuneração. Além disso, o modelo atual é frágil na questão do empreguismo, do nepotismo e da influência política na gestão.

RC – *O senhor defende a aplicação de protocolos claros e de processos transparentes. Que mudanças serão implementadas nesse sentido?*

TEMPORÃO – Se permitíssemos que cada unidade de saúde estabelecesse os próprios critérios e protocolos de atendimento ou de incorporação de drogas, procedimentos e tecnologias, perderíamos eficiência e qualidade. Não poderíamos sequer avaliar os serviços. Outra grande questão é tornar transparente o repasse de verbas aos estados e aos municípios. Definidas as prioridades, trabalharemos com metas e prazos contratuais, facilitando o monitorando dos repasses e a aplicação dos recursos nos estados e municípios.

RC – *Qual o papel da atenção primária nesse novo modelo de gestão?*

TEMPORÃO – Todo sistema de saúde com mínimas racionalidade e qualidade tem uma atenção primária abrangente e consistente. Quando falo em fortalecer a saúde primária, me refiro es-



“As fundações estatais chegam para apoiar o bom profissional, aquele que se dedica, que tem uma carreira e perspectiva.”

pecialmente ao Programa Saúde da Família, que basicamente é um modelo de atenção primária clínica e de promoção da saúde. Trata-se de um sistema menos oneroso e mais eficiente, que não tem excessiva ‘medicalização’, ou o hospital, como centro do sistema.

RC – *O senhor defende radicalmente a expansão e a qualificação do programa Saúde da Família...*

TEMPORÃO – O Brasil hoje tem 100 milhões de brasileiros cobertos pelo Saúde da Família, 260 mil agentes comunitários e 27 mil equipes estabelecidas justamente nos municípios de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo. E já temos resultados impressionantes na redução de internações por desnutrição, por insuficiência cardíaca e na mortalidade infantil, por exemplo. Nossa meta é não só expandir, mas também qualificar essa estratégia para a população. Para os profissionais da saúde, o Programa deverá consolidar-se numa nova especialização, na qual valha investir sua carreira.

RC – *Como avançar com a intersetorialidade?*

TEMPORÃO – A saúde é determinada e influenciada por outros fatores. São evidentes as relações entre saúde e renda, saúde e emprego, além da habitação, saneamento, lazer e cultura. Esta gestão privilegiará políticas que tenham uma visão ou um escopo integrado que favoreça o avanço integral.



“É uma premissa desta gestão tornar a comunicação mais eficaz para a prevenção e a promoção da saúde.”

RC – *O que falta para atingir a integralidade do SUS?*

TEMPORÃO – Todo cidadão deve ter a saúde tratada com uma visão holística ou integral. O atendimento deve abranger suas necessidades clínicas, psicológicas, sociais e até culturais, no que se refere aos hábitos de higiene e alimentação, entre outros. Qualquer avanço nesse sentido só será possível com o aprimoramento da gestão.

RC – *Sobre a visão de que o SUS é para os pobres...*

TEMPORÃO – É uma falsa visão. Posso afirmar que todas as pessoas direta ou indiretamente usam diariamente os serviços do sistema. É evidente que as pessoas de melhor condição financeira usam a saúde suplementar para consultas, exames e cirurgias. Mas falta conhecimento, inclusive para o profissional da imprensa, na cobertura da saúde. Em geral, há um desconhecimento muito grande da sociedade sobre o que é e como funciona o SUS. Devemos superar o preconceito por parte da população. O grande mérito dos sistemas de saúde de Primeiro Mundo, os quais o Brasil copia, como o inglês, é que ele é percebido como uma grande conquista da sociedade.

RC – *O que deve mudar na luta mediática?*

TEMPORÃO – Temos que incorporar uma visão profissional à comunicação. A saúde é fruto de um movimento cultural e social, que envolve o processo de conscientização. Quando critico a classe média e

as elites que acreditam não usar o SUS, isso é consequência também da fragilidade da comunicação que não divulga adequadamente todas as suas atribuições e serviços. Precisamos definir estratégias mais eficazes, com abordagens mais específicas e linguagem adequada a cada situação.

RC – *Como adequar as estratégias de comunicação às disparidades do SUS?*

TEMPORÃO – Devemos aproveitar toda a potencialidade das mídias tradicionais e das alternativas. Não podemos negligenciar nenhuma delas, do celular aos alto-falantes da praça. Sem essa ferramenta, a comunicação, a gente não vai conseguir avançar.

RC – *Qual a estratégia para reduzir a dependência brasileira do mercado internacional?*

TEMPORÃO – Meu objetivo é garantir o acesso da população a medicamentos essenciais, especialmente aqueles destinados ao tratamento de doenças mais raras e graves, como é o caso da Aids. E como fazer isso? As contas públicas respondem por praticamente 25% do mercado farmacêutico brasileiro, por 80% do mercado de vacinas e por 50% do mercado de material médico-hospitalar. Só que, até então, esse poder de compra incrível nunca foi usado para incentivar e fomentar a produção interna de boa parte do que importamos. Não pretendo fazer uma política generalizada de substituição das importações. Não é isso! A idéia é privilegiar a produção relacionada às doenças negligenciadas ou de tratamento mais caro, desonerando o Estado e ainda gerando divisas e empregos para o País.

RC – *E quais os riscos e conseqüências do enfrentamento dos laboratórios multinacionais?*

TEMPORÃO – Não vejo risco. Somos detentores de um grande mercado de 200 milhões de pessoas que está em franca expansão, o que só tende a atrair mais investimentos.

RC – *Como melhorar a qualidade e a eficácia do SUS?*

TEMPORÃO – Vamos melhorar o atendimento nas emergências, reduzir o tempo de espera para as consultas e os exames, como mamografia, ultrasonografia ou eletroencefalograma, entre outros. Os gargalos do sistema de saúde brasileiro estão aí. E a solução é um misto: mais dinheiro, melhor organização e o novo modelo de gestão. ■